





2° COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR)

Projeto de Lei n. 213/2021, de autoria do Vereador **Dr. Eduardo Assis**, DISPÕE sobre a implementação do agendamento, para que a primeira consulta médica ocorra no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, para atendimento das pessoas com deficiência – PCD, idosos e gestantes, e de até 15 (quinze) dias úteis para o público em geral, no município de Manaus."

PARECER

I - DO RELATÓRIO

Veio a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação o Projeto de Lei de autoria do Vereador **Dr. Eduardo Assis**, que DISPÕE sobre a implementação do agendamento, para que a primeira consulta médica ocorra no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, para atendimento das pessoas com deficiência – PCD, idosos e gestantes, e de até 15 (quinze) dias úteis para o público em geral, no município de Manaus."

Após ser deliberado em Plenário em 19 de maio de 2021, registra-se que a matéria recebeu da Procuradoria desta Casa Legislativa parecer opinativo contrário quanto a sua regular tramitação, com base na Lei Municipal 2195/2016, que impede a tramitação da propositura por já ser matéria prevista na Lei Municipal. Na 2ª Comissão, foi rejeitado o parecer do relator e aprovado o parecer contrário da Comissão por maioria dos presentes com votos contrários da vereadores Bessa e Thaysa Lippy, na reunião do dia 29 de setembro de 2021.

Cabe a esta Comissão Técnica Permanente a análise e emissão de parecer sobre o aspecto constitucional, legal e jurídico e de redação técnica da propositura sub examine, conforme art. 38, III, do Regimento Interno. Senão vejamos:

Art. 38. À Comissão de Constituição, Justiça e Redação Compete:

Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo Manaus – AM / CEP: 69027-020 Tel.: 3303-xxxx www.cmm.am.gov.br









III – opinar sobre o aspectos constitucional, legal e jurídico da redação técnica legislativa, de todas as matérias em apreciação na Casa, bem como sobre o mérito das composições que versem a respeito de Direito Civil, Comercial,

Penal, Administrativa, Fiscal, Processual, direitos políticos da pessoa humana e garantias constitucionais, desapropriação, emigração e imigração;

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de Lei de n°. **213/2021**, de autoria do Vereador **Dr. Eduardo Assis**, que DISPÕE sobre a implementação do agendamento, para que a primeira consulta médica ocorra no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, para atendimento das pessoas com deficiência – PCD, idosos e gestantes, e de até 15 (quinze) dias úteis para o público em geral, no município de Manaus.", prevê a implementação do agendamento de consultas médicas priorizando as pessoas com deficiência, idosos e gestantes.

Entretanto, mesmo com os nobres objetivos, o projeto apresenta impedimentos legais, quanto a sua competência e quando dos poderes, por apresentar uma invasão de competência do Legislativo Municipal no Executivo Municipal. Em se tratando de separação de poderes, podemos vislumbrar o art. 2° da CF/88:

Art. 2º: São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Convém destacar que, o projeto vai interferir nas organizações estruturais das Unidades Básicas de Saúde – UBS, que são de responsabilidade do Executivo por serem a porta de entrada da implantação do Sistema Único de Saúde – SUS. Portanto se tratando de competência, fica evidente a invasão de poderes de acordo com artigo

Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850 - São Raimundo

Art. 59. Compete, privativamente, ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

Manaus – AM / CEP: 69027-020 Tel.: 3303-xxxx www.cmm.am.gov.br









IV – criação, extinção e organização dos órgãos da Administração direta, indireta e fundacional do Município.

O presente projeto ficaria inviável, pois já existe um sistema que utiliza desse mesmo sistema de agendamento que vem ser o SISREG, qual foi criado para gerenciamento de todo o Complexo Regulador, por meio de módulos que permitem a inserção da oferta, da solicitação até a confirmação do atendimento do usuário, bem como a regulação de leitos hospitalares. As solicitações podem ser realizadas pela atenção básica e pelas outras portas de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) para consultas, exames e procedimentos da média e alta complexidade, objetivando maior organização e controle do fluxo de acesso aos serviços de saúde e otimização na utilização dos recursos assistenciais, visando à humanização no atendimento.

Portanto, em razão da preexistência de sistema que satisfaz o escapo da propositura em tela, restando desnecessário e redundante legislar sobre matéria já regulamentada pelo Poder Público, nos manifestamos desfavoráveis ao Projeto de Lei.

III - DO VOTO

À luz do exposto, somos **CONTRÁRIO** à tramitação do Projeto de Lei n. 213/2021, asseverando o seu arquivamento.

É o parecer. S.M.J.

Manaus, 29 de setembro de 2021.

(assinatura digital)

Ver. Joelson Silva

Presidente

(assinatura digital)
Ver. Marcelo Serafim
Membro

Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo Manaus – AM / CEP: 69027-020 Tel.: 3303-xxxx www.cmm.am.gov.br









(assinatura digital)

Ver.^a Prof^a Jacqueline

Membro

(assinatura digital)

Ver. Caio André

Membro

(assinatura digital)

Ver. Dr. Eduardo Assis

Membro



Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo Manaus – AM / CEP: 69027-020 Tel.: 3303-xxxx www.cmm.am.gov.br



ASSINATURAS DIGITAIS

MARCELO AUGUSTO DA EIRA CORREA (CONCORDÂNCIA) - VEREADOR - 508.641.732-53 EM 14/10/2021 10:27:31 MARCEL ALEXANDRE DA SILVA - VEREADOR - 262.011.005-04 EM 13/10/2021 12:53:36 ELISSANDRO AMORIM BESSA - VEREADOR - 405.507.372-00 EM 13/10/2021 11:20:57 THAYSA LIPPY DE SOUZA FLORÊNCIO - VEREADOR - 020.981.552-39 EM 13/10/2021 10:08:31 CAIO ANDRE PINHEIRO DE OLIVEIRA - VEREADOR - 641.056.792-87 EM 13/10/2021 08:27:33 JOAO CARLOS DOS SANTOS MELLO - VEREADOR - 074.890.987-77 EM 08/10/2021 13:49:05 MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS - VEREADOR - 715.257.182-15 EM 08/10/2021 12:31:23 JOELSON SALES SILVA - VEREADOR - 437.045.812-91 EM 13/10/2021 11:31:39

